

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS


Número 5 - Novembro de 2015

Esta publicação visa analisar e debater a conjuntura nacional e internacional e os reflexos sobre o mercado de trabalho, os setores, a renda, as negociações coletivas, os preços etc.

É elaborada pelo Grupo de Conjuntura, que reúne técnicos de diversas regiões do país, para ser divulgada bimestralmente para todas as entidades filiadas.

CENÁRIO DESAFIADOR

Em meio a um cenário de crise econômica, o atual processo político brasileiro ressuscitou algumas propostas que compõem um receituário econômico derrotado pelas urnas na última década. Nele há indicações de retomada das privatizações (inclusive da Petrobras), fim da política de valorização do salário mínimo, rediscussão da estabilidade no emprego para o funcionalismo público, flexibilização da legislação trabalhista e assim por diante. Os principais alvos dos que propõem “alterações radicais” na atual política econômica são as receitas vinculadas a direitos sociais, originários da Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, e forjada na contramão da onda neoliberal que varria o mundo naquele período.



Alguns analistas e parlamentares têm defendido acabar com as vinculações orçamentárias obrigatórias (à educação e saúde, por exemplo) sob o argumento de que as vinculações enrijecem os gastos públicos e induzem elevações de gastos quando as receitas se elevam. Alegam ainda que este tipo de política atrapalha a competitividade do país, encarece o custo do investimento privado e não permite a poupança no setor público. Na verdade, eles defendem diminuir as despesas públicas vinculadas aos direitos sociais na Constituição. Por trás das propostas de privatização, de fim da “rigidez orçamentária”, de fim da estabilidade do funcionalismo público, e outras, há uma crença de que o problema do país é o Estado. Para essa visão, se diminuir o tamanho do Estado, o país começa a melhorar. O fato é que esta concepção é um grande contrassenso. Os avanços sociais que o Brasil apresentou nos últimos anos vieram, principalmente, por meio das ações articuladas e encaminhadas pelo Estado brasileiro. A redução da desigualdade, a inclusão social e o combate à fome, só para citar alguns, são efeitos da ação estatal organizada e perseverante.

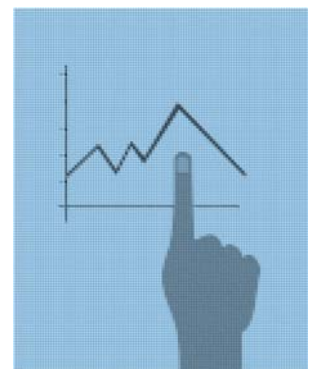
Alguém pode supor que o Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome, da ONU (Organização das Nações Unidas), em 2014, um dos acontecimentos mais importantes das últimas décadas, por ação e virtudes do mercado? Somente o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), um dos instrumentos utilizados para combater a fome no país, possibilita servir diariamente refeições a 43 milhões de estudantes da educação básica. Não se trata de uma ação eventual, mas de ações diárias, que não podem falhar, que possibilitam servir um número de refeições equivalente à população da Argentina. Esta é uma entre milhares de ações permanentes que possibilitaram ao país reduzir a pobreza extrema em 75%, entre 2001 e 2012, e diminuir o percentual dos brasileiros que passam fome de 14,8% para 1,7% da população, no mesmo período.

De fato, os problemas econômicos se agravaram ao longo do ano, em parte como consequência da contaminação da economia pela instabilidade política vigente. Além disso, enfrentamos os efeitos de um ajuste que cortou gastos públicos, inclusive na área social, com consequências diretas sobre a vida das pessoas de menor renda. Mas não temos o direito de nos enganar. Por trás da confusão, existem objetivos estratégicos inconfessáveis, entre os quais, retroceder em relação aos avanços que os trabalhadores e os mais pobres conseguiram nos últimos anos.

O Brasil tem crescido pouco e deve encerrar 2015 com recuo na produção de riqueza, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano será inferior, em termos reais, ao de 2014. A recessão econômica, combinada a uma inflação mais alta que a média dos últimos anos, tem tornado as negociações coletivas ainda mais difíceis do que já são normalmente. Os resultados das negociações no primeiro semestre, apurados pelo Balanço das Negociações, realizado do DIEESE, mostram a deterioração do quadro. Um pouco menos de 70% das negociações conquistaram ganhos reais e cerca de 15% delas não conseguiram nem repor a perda salarial nos primeiros seis meses do ano. Ademais, os reajustes acima da inflação se concentraram na faixa de até 1% de ganho real. O desempenho das negociações no primeiro semestre foi o pior da série histórica pesquisada pelo DIEESE desde 2004.

O AJUSTE FISCAL, OS JUROS ALTOS E O DÉFICIT PÚBLICO

O último Boletim de Política Fiscal do Banco Central (BC) mostra que, de setembro de 2014 a agosto de 2015, as despesas com pagamento de juros chegaram a R\$ 484 bilhões, soma que tende a aumentar nos últimos quatro meses do ano. As despesas com serviços da dívida no orçamento, quando comparadas com as demais, revelam evidente conflito entre os direitos do conjunto da sociedade e o gerenciamento do chamado Sistema da Dívida, que transfere recursos fundamentais da sociedade para um grupo restrito de pessoas e



instituições, possuidores de títulos públicos, que contam com recursos suficientes para financiar e pressionar o Estado. Para efeito comparativo, observe-se que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com importância estratégica para o país, originalmente tinha orçamento para 2015 de R\$ 65,6 bilhões, montante que, em maio, foi revisto para R\$ 40,5 bilhões. Somados aos R\$ 106 bilhões programados para investimentos das estatais federais para este mesmo ano, chega-se a um total de R\$ 146,5 bilhões, aproximadamente, para investimentos no orçamento federal. O PAC, viabilizador da construção de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, hidrovias, habitação, equipamentos e obras para a defesa nacional etc., obras que servirão ao país por um século ou mais, possui um orçamento que representa uma fração pequena dos gastos com a dívida pública no intervalo de 12 meses.

Em vez de financiarem serviços públicos essenciais como o de saúde ou educação ou realizarem investimentos no combate à pobreza, bilhões de reais são destinados a pagar os serviços da dívida, servindo apenas a uma minoria. Claramente, as transferências de grandes somas de dinheiro público para o pagamento da dívida complicam muito a gestão macroeconômica e causam graves consequências sobre o controle da inflação, os juros cobrados do setor privado (de empresas e de indivíduos), salários (inclusive no setor público), programas sociais etc. Neste ano, por exemplo, os gastos com pagamento de pessoal no governo federal devem alcançar o equivalente a 4,1% do PIB. O gasto com os serviços da dívida pública, por sua vez, deverá ficar próximos aos 9% do PIB. Além de muito elevado, o pagamento de juros conta com um agravante: trata-se de despesa que, ao contrário das demais, não depende de aprovação do Congresso Nacional, é definida apenas pelo Copom - Conselho de Política Monetária do Banco Central, um grupo restrito de técnicos.

A nação e os governos tornaram-se reféns, ao longo dos anos, da armadilha dos juros altos e de curto prazo, características da dívida pública brasileira, que prejudicam sensivelmente o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. O economista Adriano Benayon, em artigo recente (*Cair na real - LRF e juros*, de 03/10/2015, no site Viomundo) constatou que, de janeiro de 1995 até agosto de 2015, a dívida pública interna aumentou 27 vezes. Nesse período, a dívida interna passou de R\$ 135,9 bilhões (contando então as dívidas de estados e municípios) para R\$ 3,83 trilhões, com crescimento médio anual de 18,65%, decorrente da capitalização dos juros e da correção monetária. Segundo Benayon, desde a Constituição de 1988, os gastos com a dívida, se atualizados monetariamente, superam os R\$ 20 trilhões.

A economia está travada, com baixa taxa de investimentos, tanto privados quanto públicos, estes últimos devido ao rigoroso ajuste fiscal. Apesar da desaceleração da economia, os lucros líquidos declarados dos principais bancos aumentaram em 24% em um ano. As enormes transferências de recursos para o setor especulativo-financeiro decorrem de operações financeiras do Estado e da elevadíssima taxa básica de juros brasileira, que se destaca significativamente na comparação com a de qualquer outro país, nesse momento. Os analistas demonstram inabilidade para explicar e dar justificativas teóricas mais profundas para a necessidade desse patamar abusivo da taxa de juros no Brasil. Os defensores da ortodoxia

fiscal, interessados em garantir o pagamento dos juros da dívida interna, costumam apontar os canhões para a renda e os direitos dos trabalhadores, investimentos sociais, gastos da previdência, como no ajuste fiscal em curso. Mas não se mencionam os bilhões de reais transferidos anualmente para os detentores dos títulos públicos, às custas da nação, fato que revela quem, na verdade, deveria arcar com a conta do ajuste. A dívida pública, além de causar enormes prejuízos às finanças públicas e à sociedade, aumenta constantemente e de forma exponencial. Quando o governo não consegue pagar os títulos nos prazos previstos, emite mais títulos, aumentando o estoque principal da dívida. Dessa forma, os juros não pagos viram capital, que, no futuro, vai gerar mais juros e assim por diante.

Todo o esforço de fazer *superávit* primário, cortando gastos sociais e investimentos públicos, cobre uma parcela modesta dos juros. O objetivo de *superávit* primário, posto como centro da política fiscal, serve apenas para garantir que todo o esforço de natureza econômico-financeira do país seja colocado no sentido de garantir o fluxo normal de pagamento dos juros e serviços da dívida pública. Por isso, afirma-se, com base nas evidências, que os gastos com juros da dívida pública são a verdadeira razão do *déficit* nas contas públicas. Em 12 meses até agosto de 2015, estima-se que tenha ocorrido um *déficit* primário de 0,7% do PIB, enquanto o *déficit* nominal alcançou 9,2% do PIB; a diferença entre os dois (de 8,5%) refere-se ao pagamento de juros (segundo dados do Banco Central, publicados no jornal Valor Econômico, de 13 de outubro de 2015, página A4). O atual nível de taxas de juros não pode se sustentar por muito tempo, sob pena de comprometer as políticas de previdência, educação, saúde e o próprio funcionamento da administração pública. A combinação de altas taxas de juros e rigoroso ajuste fiscal pode não alcançar, como a realidade nos mostra, os objetivos de conter a inflação e fazer com que o país retome o crescimento. Por enquanto, a utilização simultânea das duas políticas não gerou um clima de confiança na sociedade que reduzisse as expectativas inflacionárias e motivasse os investimentos.

PETROBRAS, PRÉ-SAL E DIREITOS TRABALHISTAS: OUTROS DESAFIOS DA CONJUNTURA ATUAL

Além da disputa em torno do Estado e das transferências de renda para os especuladores e o setor financeiro por meio dos juros, dois outros temas estão colocados no centro da disputa neste momento: a forma de exploração das reservas de petróleo na camada de pré-sal e os direitos associados ao exercício do trabalho.

A produção de petróleo e gás natural da Petrobras, no Brasil e no exterior, alcançou recentemente 2,88 milhões de barris de óleo equivalente por dia, um recorde histórico. A produção total de petróleo e gás natural no Brasil atingiu 2,69 milhões, também novo recorde de produção nacional. Se considerarmos o total da produção no país (Petrobras e empresas parceiras), pela primeira vez, foi ultrapassado os três

milhões de barris de óleo equivalente por dia. Na área do pré-sal, em agosto, atingiu-se o recorde de 859



barris por dia.

A província do pré-sal apresenta um ritmo de expansão da produção que é única na história mundial do petróleo. Segundo cálculos, sem considerar os avanços em outras áreas da economia, o pré-sal sozinho poderia colocar nosso PIB per capita na casa de US\$ 24 mil anuais, em valores atuais. Esse valor é próximo ao PIB per capita dos países mediterrâneos da União Europeia. Por isso, as entidades sindicais que representam os petroleiros vêm combatendo com tanta força o Projeto de Lei do Senado (PLS 131), que transfere para as empresas mundiais de petróleo a operação dos poços do pré-sal, hoje exclusividade da empresa brasileira. O PLS pretende retirar também a posse de 30%, pelo menos, das jazidas do pré-sal, conforme previsto na legislação. Os que defendem a proposta de alteração da legislação argumentam que o regime de partilha sobrecarrega financeiramente a Petrobras, que os lucros para o país entram de maneira gradual ao longo do tempo e que o regime induz a baixa competitividade e a corrupção, por sustentar as regras de conteúdo local. O referido projeto, ao que tudo indica, não irá adiante, em função da mobilização dos petroleiros e de alguns parlamentares, que defendem a atual regulação da exploração dos recursos do pré-sal.

A Lei da Partilha, sancionada pelo ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, mesmo com algumas limitações, possibilitará uma retenção muito maior da renda petroleira por parte da nação brasileira. Por isso, é tão combatida pelas multinacionais do petróleo e seus aliados dentro do país. Pelo sistema de concessão, defendido pelos que tentam derrubar a Lei, as multinacionais ficam com 67% do valor do petróleo extraído, em óleo, e deixam no Brasil 10% desse valor em royalties, pagos em dinheiro, além dos impostos. No sistema de partilha, as multinacionais do petróleo têm que dividir com o Brasil o petróleo retirado, além de a Petrobrás ter a exclusividade na operação, o que evita desvios do petróleo retirado.

No campo de extração de Libra, o consórcio estruturado conta com uma participação societária de 40% da Petrobras. Segundo os especialistas no setor, se a Petrobras não tivesse participação nesse consórcio, o Estado brasileiro arrecadaria R\$ 246 bilhões a menos e as áreas de educação e saúde perderiam R\$ 50 bilhões em royalties, conforme prevê a Lei. O Fundo Social, por sua vez, perderia R\$ 100 bilhões. Além disso, se a Petrobras fosse contratada diretamente, tendo 100% de participação em Libra, em vez de abrir para leilão, o Estado brasileiro arrecadaria R\$ 175 bilhões a mais.

Tramitam na Câmara de Deputados ou no Senado Federal várias propostas de alteração em leis que regulamentam as relações de trabalho no Brasil (ver o site do Diap: <http://www.diap.org.br/>). Numa

avaliação geral, essas propostas implicam perdas de direitos de trabalhadores e trabalhadoras. A título de exemplo, citam-se as seguintes iniciativas: instituição do Simples Trabalhista (com previsão de menos direitos para trabalhadores de pequenas e microempresas); revisão das Normas Regulamentadoras nº 12 (que trata da segurança no manuseio de máquinas e equipamentos) e 15 (que, no anexo 3, limita o tempo de trabalho a céu aberto); e o estabelecimento da prevalência do negociado sobre o legislado (incluída como emenda à medida provisória do Programa de Proteção ao Emprego, mas que foi retirada na aprovação da MP pela Câmara). Continua em discussão no Senado o polêmico projeto de lei que, ao mesmo tempo em que concede algumas garantias aos atuais trabalhadores de empresas terceirizadas, libera a terceirização de modo irrestrito e ameaça os direitos dos atuais empregados e a ação sindical. Além de outras medidas e das iniciativas da Agenda Brasil, também a Justiça tem sido acionada para derrubar direitos daqueles que vivem do trabalho no Brasil.

As tentativas de revisão do modelo de desenvolvimento baseado na exploração do petróleo do pré-sal e de retirar direitos da população trabalhadora no Brasil refletem a ofensiva de atores sociais para fazer prevalecer seus interesses diante de um governo de coalizão, politicamente enfraquecido em relação ao Congresso Nacional e a as bases de apoio.

A IMPORTÂNCIA DOS GANHOS REAIS DE SALÁRIO NESSE MOMENTO



O cenário atual tem se mostrado bastante desafiador para os trabalhadores e a maioria da população, como vimos. As perspectivas de melhoras em curto prazo no cenário geral são praticamente nulas. Para 2016, é possível algum avanço em termos de retomada do crescimento, se a conjuntura política não atrapalhar muito. Neste quadro difícil estão em risco os ganhos reais de salários e a melhoria da distribuição de renda, conquistas essenciais dos trabalhadores brasileiros na última década. Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) de 2013, 74,4% da renda familiar vem do trabalho. Os ganhos reais de salários possibilitam a ampliação do nível de renda das famílias, e têm sido o pilar da melhoria da distribuição de renda no Brasil nos últimos anos. Elevações nos salários reais exercem efeitos imediatos sobre o nível de bem-estar das famílias, sobretudo na saúde, educação, alimentação e habitação. Economias desenvolvidas, como pretende ser o Brasil, pressupõem mercados consumidores robustos, daí a importância de manter o crescimento do emprego e da renda.

Uma das razões das crises econômicas contemporâneas é a incapacidade de a sociedade consumir produtos e serviços, em decorrência do desemprego da força de trabalho. Ademais, a ampliação do nível de renda das famílias pode abreviar o período recessivo do ciclo econômico, porque possibilita a manutenção da distribuição de renda e dos níveis de consumo. Evita, assim, que o empobrecimento das famílias alimente e prolongue o processo recessivo. A manutenção da distribuição de renda via aumento

dos salários garante que a recuperação econômica seja antecipada, impedindo um ciclo vicioso de aumento do desemprego, queda nos salários reais e redução do consumo e da produção.

Sabe-se que as empresas já vêm ajustando custos com mão de obra, via redução do quadro de pessoal e também pelo rebaixamento salarial, por meio da rotatividade, enorme no Brasil. Assim, o achatamento do salário real, com a não negociação de aumentos reais, pode agravar ainda mais a situação da economia, na medida em que deve contribuir para um desaquecimento maior do mercado interno.

O peso da despesa com pessoal no custo total das empresas, de modo geral, é baixo (especialmente para as grandes). Isso significa que a alteração das despesas com pessoal pode ter efeito muito reduzido para as empresas - havendo concessão de aumentos reais ou redução dos salários (reais ou nominais). Outros impactos de custo, como juros, câmbio e energia, por exemplo, são muito mais significativos.

Além disso, nem todos os setores estão em dificuldade e os impactos da crise são muito diferenciados para cada um deles. Vários segmentos, por exemplo, obtiveram lucros expressivos no primeiro semestre. A crise também não é sentida da mesma forma em todo o Brasil. Há municípios, estados e regiões que estão sendo mais ou menos atingidos. Peculiaridades locais e setoriais devem ser levadas em consideração nas mesas de negociação. A aplicação do ganho real nos salários possibilita a ampliação do nível de renda das famílias, que tem sido o pilar da melhoria da distribuição de renda no Brasil nos últimos anos.



Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Nacional: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP

Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Ângela Maria Schwengber

Equipe Responsável

Adhemar Mineiro

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen